

Arrecadação pode cair

084

A técnica de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Edlamar Batista, alerta ainda para um agravamento na situação do ensino básico com a regulamentação do fundo do primeiro grau. Isso porque o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é o principal financiador do ensino fundamental no Brasil e as isenções aprovadas em setembro pelo Congresso irão reduzir mais ainda os recursos disponíveis, argumenta.

"Realmente é preciso observar com atenção o impacto da isenção de ICMS nos recursos da educação", concorda Barjas Negri. Mas ele revela que o Ministério da Fazenda acredita que as perdas na arrecadação do ICMS serão compensadas por um aumento na receita de outros impostos também ligados ao ensino, principalmente o fundo de exportação.

De acordo com Edlamar, o governo usa o argumento de que estados e municípios investem menos do que o exigido por lei (15% de todo dinheiro arrecadado) em educação para justificar a criação desse fundo e fugir da responsabilidade legal com o ensino fundamental.

"Somente seis estados brasileiros não aplicam o que deveriam, os outros investem até mais do que manda a lei", critica ela, mostrando dados de seu estudo.

Segundo a economista, quem não cumpre a Constituição é a União que deveria aplicar metade de seus recursos para educação no ensino fundamental. De fato, em 1995 o governo fe-

deral gastou R\$ 1,3 bilhão com o ensino básico, o que corresponde a 13% de seu orçamento para o setor. De acordo com Edlamar, 1995 foi o ano em que menos se investiu em educação básica desde o início da década. A média de gastos nos anos anteriores teria sido de R\$ 2 bilhões.

RESPONSABILIDADE ÚNICA

No entender da pesquisadora, com a emenda aprovada pelo Congresso, a única responsabilidade que o governo federal terá com o ensino básico é a de complementar o orçamento quando algum estado ou município não estiver gastando a média anual de R\$ 300 por aluno. "Assim a União só entrará com recursos nas regiões mais carentes. Porque nos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e em alguns estados

do Norte, já se gasta mais do que isso", afirma.

Edlamar lembra ainda que os estados financiam todo o ensino médio, ou profissionalizante, no Brasil. "Como os estados vão ter menos dinheiro, eles terão de fazer cortes e o ensino médio é a vítima mais provável", avisa. Ela faz projeções de perda de recursos no ensino profissionalizante entre 50% no Nordeste e 100% no Centro-Oeste.

A Secretária de Educação de Alagoas, Eunice Nonô, faz coro. "O ensino médio é o grande enjeitado do governo federal." Mas ela se apressa em acrescentar: "É prematuro classificar o fundo como bom ou ruim. Embora seja certo que estados como o meu, onde a rede municipal é maior do que a estadual, irão perder recursos".

"A proposta do governo para a educação brasileira é medíocre e vai nos manter como eternos fornecedores de mão-de-obra barata", acredita Edlamar. Segundo ela, os cálculos do Ministério da Educação consideram ideal um gasto de R\$ 9,7 bilhões por ano com o ensino fundamental mas, de acordo com o estudo da economista, estados e municípios já gastam R\$ 13 bilhões e não é suficiente. Além disso, a emenda não prevê nenhum investimento na rede apesar do aumento constante da demanda por vagas nas escolas públicas.

